



## Reforma trabalhista segue para Plenário com urgência

Marcos Oliveira/Agência Senado



Proposta do governo foi aprovada ontem na Comissão de Constituição e Justiça, última etapa antes da decisão final dos senadores, que pode ser na semana que vem

**A**pós quase 14 horas de sessão, a Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem, por 16 votos a favor e 9 contra, o relatório de Romero Jucá favorável à proposta da reforma trabalhista. A oposição tentou adiar a votação, mas não conseguiu. O texto vai agora, com urgência,

para análise do Plenário e, segundo o presidente do Senado, Eunício Oliveira, pode ser analisado já na próxima semana. Antes da votação na CCJ, Jucá leu carta de Michel Temer aos senadores na qual o presidente garante vetar pontos polêmicos, como o trabalho intermitente. **4 e 5**

Comissão de Constituição e Justiça aprova a proposta da reforma trabalhista conforme versão enviada pela Câmara dos Deputados

### Parecer à LDO eleva número de emendas a prioridades da União

Reunião da Comissão de Orçamento, presidida pelo senador Dário Berger, aprovou ontem parecer inicial ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias

de 2018. A nova versão do relatório, do deputado Marcus Pestana, aumentou o número de emendas ao anexo que lista as prioridades do governo. **3**



Dário (D) conduz reunião que aprovou parecer à LDO do relator, Pestana (C)

Jonas Pereira/Agência Senado



Franca, do Sindifisco, e Occaso, da Receita, na audiência sobre a MP

### Receita contesta medida que refinancia dívidas de estados

O novo parcelamento das dívidas previdenciárias dos estados e municípios, vencidas até 30 de abril, contribuiu para a “cultura da inadimplência” e não

resolve o passivo de R\$ 19 trilhões com a União. Essa foi a posição defendida ontem por representantes da Receita e dos auditores, em debate sobre a MP 778. **6**

Marcos Oliveira/Agência Senado

### Eunício defende mudanças no sistema eleitoral

Em entrevista ao programa *Salão Nobre*, que estreia hoje na TV Senado, o presidente da Casa, Eunício Oliveira, afirma que o atual sistema político “faliu” e que, para manter o financiamento público de campanha, é preciso mudar a forma de eleger deputados e vereadores.

Ele anuncia que a Câmara deve enviar o texto da reforma política ao Senado antes do recesso de julho. **2**

### Estabilidade de servidor é tema de ciclo de debates

A Comissão Senado do Futuro aprovou ontem a realização de um ciclo de audiências para discutir temas como o futuro da Previdência Social, dos direitos trabalhistas, das carreiras dos servidores públicos e das emissoras de rádio e TV comunitárias. Também serão debatidos inovação e produção científica e tecnológica, mobilidade urbana e produção de energia. **2**

### Relatório sobre contas do governo de 2016 é entregue ao Congresso

O Tribunal de Contas da União entregou ontem ao Congresso o parecer que recomenda a aprovação, com ressalvas, das contas do governo de 2016. Foram encontradas várias irregularidades, mas, na avaliação do tribunal, sem gravidade para justificar a rejeição das contas. O TCU fez dois

relatórios: um para Dilma e outro para Temer. Nos dois fez ressalvas sobre políticas de concessão de benefícios fiscais, que geram queda de arrecadação. A Comissão Mista de Orçamento é responsável por analisar o relatório do TCU, e a decisão da CMO passará depois pelo Plenário do Congresso. **2**

Presidentes do TCU, Raimundo Carreiro; do Senado, Eunício Oliveira; e da Câmara, Rodrigo Maia



Marcos Brandão/Agência Senado

João Alberto recebe alta hospitalar e deve voltar terça **2**

Revitalização do Rio Parnaíba passa em colegiado **7**

Avança multa maior a frigorífico que violar normas **8**

Crescimento da economia será lento, diz estudo **7**

MP da garantia de operação financeira vai para a Câmara **8**



Marcos Oliveira/Agência Senado



O presidente do Senado é o primeiro convidado do programa de entrevistas apresentado pela jornalista Glauciene Lara

## Eunício defende mudanças nas eleições do ano que vem

Em entrevista ao programa *Salão Nobre*, que estreia hoje na TV Senado, o presidente da Casa diz que “sistema atual faliu” e argumenta que é preciso alterar a forma de eleger deputados e vereadores

NA ESTREIA DO programa da TV Senado *Salão Nobre*, hoje, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, defende mudanças no sistema político para as eleições de 2018.

— O atual sistema faliu — diz.

Eunício trata ainda de temas como as reformas da Previdência e trabalhista, da recuperação da economia e da dívida dos estados.

*Salão Nobre* é o novo programa de entrevistas da TV Senado. Semanal, vai ao ar às quintas-feiras, às 19h30. Nele, a jornalista Glauciene Lara discute temas de relevância nacional com líderes partidários, presidentes das

comissões, autores e relatores dos projetos. O programa leva o nome do local onde é gravado, no Museu do Senado — também conhecido como Salão Nobre, pois é usado na recepção de autoridades. Usa como cenário duas obras de ícones do modernismo brasileiro: um painel de Athos Bulcão e uma estátua de Alfredo Ceschiatti.

Na entrevista, Eunício diz que, para manter o financiamento público de campanha, é preciso mudar a forma de eleger deputados e vereadores. Ele acredita que será possível adotar o “distritão” em 2018 e o voto distrital misto em 2022. No “distritão”, ganha quem tem

mais votos. No distrital misto, metade dos deputados se elege pelo sistema distrital e a outra metade, pelo proporcional.

Eunício anuncia ainda que o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, vai enviar o texto da reforma política ao Senado antes de 17 de julho, início do recesso parlamentar. Para vigorar no ano que vem, a proposta precisa ser votada nas duas Casas até 30 de setembro.

O programa também pode ser visto no canal da TV no YouTube e tem produtos específicos para Facebook e Twitter.

Acesse a página do programa: <http://bit.ly/salaonobreTV>

## Audiência debate estabilidade de servidor concursado

Um ciclo de audiências será promovido pela Comissão Senado do Futuro para discutir temas como o futuro da Previdência Social, dos direitos trabalhistas e das carreiras dos servidores públicos.

Também serão debatidos o futuro das emissoras de rádio e TV comunitárias, da inovação e produção científica e tecnológica, dos meios de transporte e da mobilidade urbana e da produção de energia no Brasil.

Os requerimentos para a discussão desses temas, apresentados pelo presidente da comissão, Hélio José (PMDB-DF), foram aprovados ontem.

— Estamos consolidando esta comissão como uma fonte de debate de temas fundamentais para o futuro do país

— assinalou Hélio José.

O requerimento para debate sobre a produção energética foi apresentado por Dalírio Beber (PSDB-SC) e subscrito pelo presidente da comissão. Dalírio sugeriu a participação do engenheiro Fernando Luiz Zancan, presidente da Associação Brasileira do Carvão Mineral (ABCM), na audiência sobre o uso do carvão e do urânio como fonte energética.

Um dos projetos a ser debatido é o PLS 116/2017 — Complementar, de Maria do Carmo Alves (DEM-SE), que permite exonerar servidor concursado, estável (que já passou pelo estágio probatório) e avaliado com insuficiência no desempenho do cargo.

Pela proposta, servidores

públicos municipais, estaduais e federais terão seu desempenho analisado semestralmente e, caso recebam notas inferiores a 30% da pontuação máxima por quatro avaliações consecutivas, serão exonerados. Também perderá o cargo aquele que tiver desempenho inferior a 50% em cinco das últimas dez avaliações.

O teor do projeto coincide com um dos temas — o futuro das carreiras de servidores públicos no Brasil — aprovados para o ciclo de debates. A proposta será examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde tem como relator o senador Lasier Martins (PSD-RS).

Consulta pública no e-Cidadania: <http://bit.ly/PLS116-2017>

## João Alberto tem alta e deve voltar na terça ao Senado

O presidente do Conselho de Ética do Senado, João Alberto Souza (PMDB-MA), já recebeu alta médica.

De acordo com o último boletim divulgado pelo Instituto de Cardiologia do Distrito Federal,

o senador recupera-se bem e foi liberado ontem à tarde.

O retorno às atividades legislativas está previsto para terça-feira, segundo a assessoria de imprensa.

João Alberto foi submetido

a um procedimento para colocação de marca-passo. Ao passar mal na terça-feira, ele foi diagnosticado com bloqueio átrio ventricular total, revertido com sucesso com o implante do aparelho.

## Presidente do Senado defende encontro entre Temer e Gilmar

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, disse ontem não ver problema no encontro de terça-feira entre o presidente Michel Temer e o ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes.

— Não vejo equívoco quando as instituições independentes conversam, quando os presidentes de instituições

independentes conversam. Estamos num debate intenso sobre reforma política. Eu fiz uma reunião grande, com mais de 40 líderes e presidentes de partidos para discutir reforma política — declarou.

Eunício ressaltou que o ministro tem procurado todos os parlamentares para debater a reforma política.

## Requião compara ação da Lava Jato com a do Santo Ofício da Igreja

A importância de teorias jurídicas para gerar condenações foi denunciada por Roberto Requião (PMDB-PR). O senador comparou passagens de *O Martelo das Feiticeiras*, manual de 1487 que orientava juizes do Tribunal do Santo Ofício, às práticas da Lava Jato. Requião chamou de “esdruxularia” a teoria do domínio do fato, aplicada no julgamento do mensalão do PT, e disse que a Lava Jato usou a teoria da abdução das provas para valorizar “provas indiciárias”.



Waldemir Bonetto/Agência Senado

## Humberto destaca decisão da Justiça que inocenta Vaccari

Humberto Costa (PT-PE) comentou em Plenário a decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região que absolveu o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto. Vaccari havia sido condenado a 15 anos de prisão, mas juizes de segunda instância, afirmou o senador, consideraram abusivo o uso de delações “sem provas”.

Humberto disse ainda que há expectativa pela sentença do ex-presidente Lula no caso do triplex. Para o senador, a defesa provou que Lula não é dono do imóvel.



Waldemir Bonetto/Agência Senado

## Fátima defende continuidade do processo contra Aécio

A decisão do presidente do Conselho de Ética do Senado, João Alberto Souza (PMDB-MA), que arquivou requerimento de cassação do mandato do senador afastado Aécio Neves (PSDB-MG) por quebra de decoro parlamentar, revela a aliança entre o PSDB e parte do PMDB para salvar o parlamentar, afirmou Fátima Bezerra (PT-RN):

— Isso é um insulto à população brasileira, um deboche. O processo tem que ser instaurado no Conselho de Ética, inclusive para que o senador possa ter direito a se defender — disse a senadora.

## Benedito critica facilidade de importar etanol dos EUA

Benedito de Lira (PP-AL) criticou a frouxidão da legislação quanto à importação de etanol, fabricado a partir do milho nos Estados Unidos, em prejuízo dos produtores do álcool anidro no Brasil.

— Como é que se produz aqui e não se tem chance de comercializar porque as barreiras de importação do país estão escancaradas, para quem quiser trazer que traga, a custo zero de importação? Sem pagar um centavo de tributo, enquanto eu pago?



Waldemir Bonetto/Agência Senado

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



**CRE Ministro da Defesa**  
9h Audiência interativa com o ministro da Defesa, Raul Jungmann. Em seguida, votação de acordos internacionais.

**CPI DA PREVIDÊNCIA Audiência**  
9h Audiência para ouvir setores da indústria e mineração.

**CDH Crimes virtuais**  
9h30 Audiência sobre crimes virtuais.

**PLENÁRIO Sessão deliberativa**  
10h A PEC 77/2015, que prevê prestação de contas simplificada para municípios de menor porte, pode ser votada em primeiro turno.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



# Aprovado parecer com mais emendas à LDO

Nova versão do parecer preliminar aumenta o número de emendas parlamentares ao anexo que lista prioridades do governo para o próximo ano

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) aprovou ontem parecer preliminar ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2018, em reunião conduzida pelo senador Dário Berger (PMDB-SC), presidente do colegiado. O parecer do deputado Marcus Pestana (PSDB-MG) amplia o número de emendas ao anexo de metas e prioridades, que lista as ações prioritárias do governo para o próximo ano.

Pela nova versão do parecer, senadores e deputados poderão apresentar três emendas ao anexo, e não apenas uma. Já as comissões permanentes das duas Casas terão direito a duas emendas. Pestana também incluiu a possibilidade de as sete comissões mistas, entre elas a própria CMO, apresentarem duas emendas.

Segundo o relator, a ampliação do número de emendas foi feita para atender pedido dos membros da comissão, mas contra a sua vontade.



Dário Berger (D) preside reunião da comissão mista que aprovou parecer à LDO 2018 do relator, Marcus Pestana (C)

— Não adianta fazer uma penca de falsas prioridades. Estaremos enganando a sociedade e a nós mesmos — disse.

## Estados

Para as bancadas estaduais do Congresso, Pestana ampliou o número de emendas de duas para três, sendo duas de execução obrigatória. Outra mudança foi a retirada da obrigatoriedade que as emendas de bancada fossem escolhidas entre as prioridades de cada estado, apresentadas nas LDOs

dos últimos três anos.

Pestana afirmou que a restrição dos parâmetros foi para dar uma função mais “pedagógica” para a Casa e sinalização para a sociedade.

— O orçamento não é um saco sem fundo. É a explicitação de prioridades em um ambiente de extrema escassez — declarou.

O relator afirmou que o déficit dos últimos anos é “pornográfico” e que o Congresso deve ter em mente a situação econômica do país ao analisar

a LDO. O parecer preliminar, que antecede o relatório final, contém as regras para as emendas ao projeto da LDO. É uma espécie de guia que orienta deputados e senadores na apresentação das demandas.

São projetos localizados nos estados dos parlamentares que devem ter recursos reservados no Orçamento de 2018.

## Mais emendas

Vários deputados da base do governo e da oposição solicitaram ampliar o número

de emendas por parlamentar.

Segundo o deputado Bohn Gass (PT-RS), nenhum parlamentar defende apenas uma área específica como saúde ou educação. A deputada Rosângela Gomes (PRB-RJ) disse que abria mão de ter cinco emendas, como havia pedido, para ter três e conseguir atender diferentes demandas da Baixada Fluminense.

— Não acho que seja exagero [aumentar o número de emendas], porque vejo que outros setores do Executivo também veem assim — disse o deputado Hugo Leal (PSB-RJ).

## Cronograma

Com a aprovação do parecer preliminar, a comissão mantém a previsão de votar as diretrizes para o Orçamento de 2018 até 13 de julho. Isso abre a possibilidade de o Plenário do Congresso aprovar a LDO às vésperas do encerramento dos trabalhos legislativos no semestre, em 17 de julho.

O recesso parlamentar do meio do ano está previsto na Constituição, que determina que o Congresso não pode parar enquanto não aprovar a nova LDO.

Da Agência Câmara

# TCU entrega relatório sobre as contas do governo de 2016

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Raimundo Carreiro, e o relator do processo no TCU, ministro Bruno Dantas, entregaram ontem ao presidente do Senado, Eunício Oliveira, e ao presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, o parecer prévio das contas do governo de 2016.

O TCU recomendou a aprovação das contas com ressalvas. Segundo Dantas, foi encontrada uma série de irregularidades, mas sem gravidade suficiente para justificar a rejeição das contas. Como 2016 foi um ano atípico, presidido por Dilma Rousseff de janeiro a maio e por Michel Temer de maio a dezembro, foram produzidos dois pareceres.

— Nós apresentamos um parecer para a presidente Dilma Rousseff, correspondente à execução orçamentária no período de janeiro até o começo de maio, e um segundo parecer com relação ao presidente Michel Temer, de maio até dezembro. Com relação ao balanço geral da União, a responsabilidade é daquele presidente que fecha o balanço em 31 de dezembro de 2016, que foi o presidente Temer. Portanto, foi apenas um parecer relativo ao balanço geral da União — explicou o relator.

Dantas apontou como ressalva mais significativa, em



Ministros do TCU entregam parecer aos presidentes do Senado, Eunício (ao centro, à esq.), e da Câmara, Maia (C)

ambos os pareceres, a adoção de uma política de concessão de benefícios tributários identificada, pelo TCU, com infração tanto à Lei de Responsabilidade Fiscal quanto à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2016.

— Ao longo dos últimos dez anos, uma série de medidas provisórias e de leis concederam benefícios tributários para determinados setores da economia e isso, em última análise, representa a criação de algo parecido com uma despesa, porém sem a transparência de uma despesa.

## Queda de receita

Segundo o relator do processo, é muito difícil estimar, ao longo do tempo, quanto os benefícios tributários representam de queda de arrecadação, mas classificou a soma como

“explosiva”, porque a receita já está baixa e ainda devem ser descontadas as isenções. Segundo Dantas, a estimativa do acumulado nos últimos anos com as concessões corresponde a cerca de R\$ 390 bilhões.

No ano passado, foram duas medidas provisórias e três leis com benefícios tributários. Para solucionar o problema, o TCU recomenda que sejam feitas estimativas de renúncia de receita.

— O tribunal entende que é necessário que o Congresso, ao analisar esses projetos que concedem isenções tributárias, exija do governo uma estimativa de gastos e que haja também uma limitação temporal dessas concessões. Por que isso? Porque essa limitação temporal permite que o Congresso reavalie, de tempos em tempos,

os benefícios para a sociedade e o impacto financeiro de cada isenção — disse Dantas.

O parecer do TCU serve para orientar os parlamentares no julgamento das contas do governo. É papel constitucional do Congresso julgar as contas do presidente da República. O texto vai ser apreciado primeiro na Comissão Mista de Orçamento (CMO) e, depois, no Plenário do Congresso. Quanto às recomendações do TCU, o presidente do Senado disse que serão tomadas providências.

— Isso [concessões tributárias] é um assunto que o TCU nos levantou pela primeira vez aqui e, obviamente, que nós vamos ter uma recomendação à Comissão de Orçamento para que as providências sejam efetivamente tomadas e que o governo, seja este, sejam os

futuros governantes deste país, tenha cuidado com o Orçamento e o respeito para com as leis e o Congresso — disse Eunício.

## Comissões técnicas

Com o objetivo de oferecer ao Congresso e à sociedade informações quantitativas e qualitativas sobre políticas públicas de responsabilidade do governo federal, o TCU implementou a elaboração de relatórios sistêmicos de fiscalização em diversos setores. Três desses documentos foram entregues ontem para análise em três comissões do Senado.

Segundo o presidente do TCU, a finalidade das auditorias é oferecer aos parlamentares elementos que permitam identificar obstáculos, encontrar oportunidades e propor soluções de melhoria na formulação e na implementação de políticas públicas.

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Edison Lobão (PMDB-MA), recebeu um relatório sobre segurança pública; a presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Marta Suplicy (PMDB-SP), um sobre a saúde; e o vice-presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), Waldemir Moka (PMDB-MS), um sobre o setor de telecomunicações.

Com Assessoria da Presidência do Senado



# Reforma trabalhista passa em comissão e segue para o Plenário

Por 16 votos a 9, Comissão de Constituição e Justiça aprovou o projeto, que terá votação final em regime de urgência. Reunião durou quase 14 horas

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem o projeto da reforma trabalhista (PLC 38/2017). Foram 16 votos a favor e 9 contra o relatório do senador Romero Jucá (PMDB-RR), que defende a aprovação da proposta. Houve uma abstenção. A CCJ aprovou ainda um requerimento de urgência para a votação do texto no Plenário do Senado.

A reunião durou quase 14 horas. A oposição apresentou um requerimento para tentar adiar a decisão para 5 de julho, mas a comissão rejeitou o pedido. A CCJ também derrubou três destaques, que pretendiam retirar do texto principal artigos sobre trabalho intermitente, afastamento de gestantes e lactantes de locais insalubres e prevalência do negociado sobre o legislado.

Antes da votação, Jucá, que

também é líder do governo, leu uma carta em que o presidente Michel Temer pede a aprovação do projeto (veja abaixo).

**Críticas**

A oposição criticou a proposta. O líder do PT, senador Lindbergh Farias (RJ), disse que o Senado deveria aprovar as mudanças que julgasse necessárias.

— Todos os 81 senadores queremos modificar o projeto. Quando deixamos de cumprir nosso papel, nos enfraquecemos ainda mais. Por que não podemos fazer modificações? Qual o problema de uma reforma trabalhista voltar para a Câmara? Nenhum.

Humberto Costa (PT-PE) lembrou que o presidente Michel Temer foi denunciado pela Procuradoria-Geral da República pelo crime de corrupção passiva.

Para ele, Temer não teria como honrar o compromisso de vetar pontos da reforma trabalhista.

— Quem de nós tem certeza de que este presidente da República vai estar exercendo a Presidência daqui a 30 dias? Não sabemos.

Aceitar o acordo com o Planalto seria “assinar um cheque em branco”, disse Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Para Randolfe Rodrigues (Rede-AP), a palavra do governo agora “vale tanto quanto uma nota de três reais”.

Até senadores do partido de Temer ficaram reticentes. Kátia Abreu (PMDB-TO) disse que “chegou a se animar” com a possibilidade de acordo, mas destacou que o documento lido por Jucá foi assinado apenas por senadores, não traz a assinatura do presidente da República:

— É um acordo de ninguém

com ninguém — declarou.

Roberto Requião (PMDB-PR) classificou como “loucura” o projeto que muda a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

— Estamos no caminho errado. Temos oportunidade de fazer uma mudança consequente: paralisar o processo e estudar com responsabilidade o que podemos fazer.

Lasier Martins (PSD-RS) pediu mais tempo para a CCJ analisar a proposta. Ele se absteve de votar na comissão. Já Marta Suplicy (PMDB-SP) e Roberto Rocha (PSB-MA) defenderam o acordo. Para o senador, as mudanças na CLT vão gerar empregos.

Além da CCJ, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deu parecer favorável ao texto. A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) rejeitou o projeto.



Entre Edison Lobão e Wilder Morais, o relator Romero Jucá conversa com José Agripino durante a sessão de votação da proposta

## Eunício Oliveira espera decisão final na semana que vem

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, afirmou que vai colocar logo a proposta de reforma trabalhista em votação no Plenário. Ele disse esperar que, com o regime de urgência, a proposta tenha emendas apresentadas e analisadas em Plenário, o que permitirá que seja votada já semana que vem.

O presidente garantiu que vai dar espaço a todos que queiram fazer algum tipo de emenda ao projeto em Plenário. Segundo ele, é “legítimo” que isso aconteça e natural que a oposição queira debater a reforma.

— Eu vou seguir religiosamente o Regimento da Casa. Não vou atropelar, mas também não vou aceitar nenhum tipo de tumulto na direção dos trabalhos.

Eunício ressaltou que, caso a discussão se prolongue e não seja possível votar o projeto na semana que vem, ele será votado na segunda semana de julho.



Eunício Oliveira disse que compromisso é votar antes do recesso parlamentar

Seu compromisso, disse, é votar antes do recesso parlamentar.

O senador ressaltou que o acordo era que a reforma fosse discutida em pelos menos duas comissões da Casa — o que acabou sendo ampliado para três.

**João Dória**

O prefeito de São Paulo, João Dória, se reuniu com Eunício Oliveira ontem e manifestou apoio às reformas trabalhista

e previdenciária. Para ele, a aprovação das propostas é importante para a empregabilidade e o crescimento da economia.

Dória, que também é vice-presidente da Frente Nacional de Prefeitos, pediu celeridade na votação de projetos que ajudem na recuperação econômica dos municípios, como o que descestraliza o ressarcimento feito pelos planos de saúde ao SUS (PLS 308/2015).

## Em carta a senadores, Temer garante veto a pontos polêmicos do projeto

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), leu, na reunião da CCJ, carta enviada pelo presidente da República aos senadores. No documento, Michel Temer pede apoio e garante que cumprirá o acordo de vetar, ou regulamentar por meio de medida provisória, os pontos polêmicos da proposta que foram alvo de inúmeras emendas de senadores.

“Quero aqui reafirmar o compromisso de que os pontos tratados como necessários para

os ajustes e colocados ao líder do governo, senador Romero Jucá, e à equipe da Casa Civil serão assumidos pelo governo, se esta for a decisão final do Senado. Reputo esse entendimento como fundamental para melhorar a vida de milhões e milhões de brasileiros e brasileiras e sempre estarei aberto ao diálogo e ao entendimento, vetores fundamentais para o fortalecimento da democracia no nosso Brasil”, diz o presidente.

Na carta, Temer afirma que a

reforma “é fator determinante para o país retomar o nível de geração de emprego e de crescimento econômico”. O presidente diz que a Câmara melhorou a proposta do Executivo e que, devido à necessidade urgente das mudanças e depois dos debates e contribuições dos senadores, decidiu por garantir o acordo que prevê veto ou revisão dos pontos mais polêmicos, como trabalho intermitente, trabalho insalubre de gestantes e lactantes, jornada 12 por 36 e intervalo

intrajornada.

A carta de Temer não foi bem recebida por Lindbergh Farias (relatórios alternativos) na CCJ. Eles foram lidos durante seis horas, antes da discussão do projeto.

Eduardo Braga (PMDB-BA), Paulo Paim (PT-RS), Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata (PSD-BA) e Randolfe Rodrigues pediram a rejeição da proposta. Lasier Martins defendeu a aprovação, mas com emendas para retirar alguns pontos controversos, o que levaria o texto a retornar à Câmara.

O líder do governo e relator do projeto na CCJ, Romero Jucá, rejeitou todas as emendas e os seis votos em separado.

## Renan deixa liderança do PMDB e critica Executivo

Renan Calheiros (PMDB-AL) anunciou ontem sua saída da liderança do PMDB no Senado. Ele acusou o governo de tratar o partido como “um departamento do Poder Executivo”, de perseguir parlamentares e de tentar impedir o debate de projetos, entre eles o da reforma trabalhista. Para o senador, a postura de Temer “é covarde”.

— Cabe-nos aceitar a situação ou reagir a ela. Não tenho a menor vocação para marionete. O governo não tem credibilidade para conduzir essas reformas exageradas que, antes de resolverem o problema, agravam a questão social — afirmou.

Apesar de se dizer a favor de reformas que possam recuperar a economia, Renan criticou a forma como as mudanças são conduzidas e as medidas extremas que estão sendo apresentadas. Para ele, a reforma da Previdência é uma proposta para agrandar ao sistema financeiro em detrimento dos pobres.

— Estamos diante da degradação do bicameralismo, com a imposição da vontade de

uma Casa à outra, quando essa vontade é contrária aos direitos dos mais pobres — denunciou.

Renan disse que o PMDB sempre foi um partido que conviveu pacificamente com correntes ideológicas diferente em seus quadros. A situação, na sua opinião, mudou e houve a formação de um ambiente de intrigas, provocações, ameaças e retaliações do governo a parlamentares que “não seguem a cartilha governamental”.

Outro ponto duramente criticado pelo ex-líder do PMDB foi a influência do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha no governo. Para Renan, é um engano achar que Cunha está politicamente morto depois de sua prisão já que o ex-parlamentar tem “total influência no governo”, com poder inclusive para nomear ministros e dar ordens de dentro do presídio, “apequenando o presidente”.

O Parlamento, disse, não deve se apegar a cargos e a situações passageiras de poder, mas sim defender os interesses do Brasil “com um projeto que possa

promover investimentos e restabelecer a credibilidade interna e externa do país”.

Renan se disse grato pela colaboração e prometeu ajudar o próximo a ocupar o posto.

— Devolver a liderança não carrega um milímetro de ressentimento. É decorrência da percepção do momento de passar o bastão para outra companheira ou outro companheiro, que terá minha total colaboração.

**Presidente do Senado diz esperar que próximo líder “harmonize” a bancada**

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, comentou a saída de Renan Calheiros da liderança do partido. Ele contou ter conversado com Renan na terça, quando ele lhe disse que “perdeu o ambiente” para liderar a bancada e que achava melhor cuidar do mandato.

— Vontade, renúncia, saída de uma função pública é um ato unilateral de vontade. Mas, se ele está se sentindo incomodado nessa posição de líder a ban-



Para Renan, presidente teve postura covarde e está “se apequenando”

## Maioria dos votos em separado apresentados aponta inconstitucionalidade e pede rejeição da proposta do governo

Contrários à aprovação da reforma trabalhista, seis senadores apresentaram votos em separado (relatórios alternativos) na CCJ. Eles foram lidos durante seis horas, antes da discussão do projeto.

Eduardo Braga (PMDB-BA), Paulo Paim (PT-RS), Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata (PSD-BA) e Randolfe Rodrigues pediram a rejeição da proposta. Lasier Martins defendeu a aprovação, mas com emendas para retirar alguns pontos controversos, o que levaria o texto a retornar à Câmara.

O líder do governo e relator do projeto na CCJ, Romero Jucá, rejeitou todas as emendas e os seis votos em separado.

segundo ele, de algo arriscado para os trabalhadores, principalmente os de setores em que não há sindicatos representativos. Lasier também pediu a exclusão da possibilidade de a gestante trabalhar em ambiente insalubres e do item que autoriza o trabalho intermitente (prestado de forma descontínua). Ele propõe ainda que a extinção da contribuição sindical obrigatória seja gradual, e não feita de uma só vez.

Após a leitura do voto de Lasier, Paim considerou acertada a retirada de pontos mais controversos do projeto e sugeriu fusão dos votos em separado, o que abriria mais uma via de negociação.

Primeiro a apresentar voto em separado, Braga apontou a inconstitucionalidade do projeto e desrespeito ao processo legislativo na elaboração do relatório de Ricardo Ferraço (PSDB-ES) aprovado na Comissão de Assuntos

Econômicos (CAE).

— Não sou contra reformas, a modernização das leis, até porque elas são dinâmicas como a sociedade. Mas estamos a aprovar um texto que é fragorosamente inconstitucional — defendeu.

**Papel do Senado**

Braga disse ainda que Ferraço sugeriu a aprovação do texto mesmo assumindo a discordância em relação a vários pontos e recomendando o posterior veto ao Executivo, prática antirregimental que, a seu ver, diminui o papel do Senado como Casa revisora.

— O relator reconhecia a pertinência de cinco emendas que apresentei, mas, em vez de seguir o processo legislativo, recomendou veto como se assessor fosse do presidente da República.

Paim também apontou inconstitucionalidade do texto e pediu sua rejeição. Em seu voto em

separado, ele argumenta que, ao reduzir drasticamente a proteção social nas relações de trabalho, a reforma “fere de morte direitos e garantias dos trabalhadores assegurados na Constituição”.

Vanessa, que também pediu a rejeição do projeto, frisou que os senadores da oposição não são contrários à ideia de modernizar a legislação, mas sim à maneira como o projeto está sendo imposto, sem que o Senado possa negociar pontos prejudiciais ao trabalhador. Nem mesmo as promessas de veto são suficientes para sanar os problemas, opinou.

— Esse acordo não foi entre o Senado e o Executivo, foi entre parte do Senado, a base aliada do governo, e o próprio governo. Queremos ter a possibilidade de fazer algumas modificações.

Na mesma linha, o voto de Lídice apontou inconstitucionalidades e pediu a rejeição do

texto, que, na avaliação dela, leva ao retrocesso social.

— Não é verdade a afirmação do relator na CAS e na CAE [Ferraço] de que não há perda de direitos. Há, sim, e ele tenta confundir a opinião pública e o trabalhador.

O último voto em separado foi de Randolfe, que também recomendou a rejeição integral do projeto. O senador se amparou em nota técnica do Ministério Público do Trabalho que apontou 12 pontos inconstitucionais, da violação de direitos fundamentais à afronta à autonomia funcional do Poder Judiciário trabalhista. Ele apresentou ainda nota da OAB contra a aprovação e recomendando a rediscussão do texto.

ram o momento de instabilidade política vivido pelo país e reclamaram da pressão do governo para impedir alterações no texto que veio da Câmara.

Lindbergh Farias citou a denúncia da Procuradoria-Geral da República contra Michel Temer e afirmou que não seria correto votar a reforma “neste momento em que o governo acabou”.

— Fazer isso depois da denúncia, com o presidente desmoralizado, é pór o Senado de joelhos.

Lídice reclamou da postura do governo de querer votar a proposta o mais rápido possível, sem novas alterações. Segundo ela, a situação constrange até parlamentares da base aliada.

— Foram centenas de emendas apresentadas. Não é possível que os dois relatores, Ricardo Ferraço e Romero Jucá, sejam melhores que todos os outros senadores — criticou.

### Para Gleisi, momento deveria ser de busca por saída para crise política

Gleisi Hoffmann (PT-PR) lamentou que o Senado esteja discutindo a reforma trabalhista no momento em que deveria se concentrar em saídas para a crise política. A senadora destacou que a questão se agravou com a denúncia contra o presidente Michel Temer por corrupção passiva.

— No mercado, 70% dos trabalhadores formais recebem até dois salários mínimos e apenas 0,9% fica com mais de dez. Só com estímulo à economia será possível mudar esse cenário e gerar mais postos de trabalho — disse.

### Cassol defende texto do governo para haver segurança jurídica

A legislação vigente é uma “bagunça” que aumenta o desemprego e limita as oportunidades para os trabalhadores, avaliou Ivo Cassol (PP-RO). O senador criticou a Justiça do Trabalho, que, para ele, se transformou numa fábrica de processos fraudulentos. Disse que não defende “patrão vagabundo”, mas que qualquer empregador pode ser vítima de fraude trabalhista.

— Então, do que é que precisamos? De segurança jurídica, tanto para o trabalhador como para o patrão. Hoje as empresas pequenas já começam quebradas.

### Senado precisa fazer mudanças no texto, afirma Lindbergh

O Senado precisa “se dar ao respeito” e modificar o texto da reforma trabalhista, disse Lindbergh Farias (PT-RJ). Segundo ele, a reforma atende apenas os interesses de grandes empresários que querem reduzir os custos com os trabalhadores para ampliar seu lucro. O senador criticou o trabalho intermitente.

— O patrão diz “vou precisar de você para trabalhar amanhã das 20h à meia-noite, no outro dia, quero que trabalhe das 8h às 10h”. Volta a pagar por hora. Acabou o salário mínimo! Você pode receber meio salário mínimo.

### Cidinho diz que leis protegem sindicatos, e não trabalhadores

Cidinho Santos (PR-MT) afirmou que o presidente Michel Temer, mesmo denunciado por corrupção passiva, não está acuado.

O senador disse ser preciso parar de falar em eleições diretas e apoiar medidas para melhorar o Brasil, como a reforma trabalhista, que, para ele, não retirará direitos do trabalhador.

Para Cidinho, a legislação atual não protege os funcionários, mas sim os sindicatos. Os maiores prejudicados, disse, são os empregados que geram emprego no país.

### Vanessa considera que texto subtrai direitos e incentiva demissões

Em vez de criar novas vagas no mercado de trabalho, como foi divulgado pelo governo, a proposta de reforma na CLT tirará direitos dos trabalhadores e incentivará demissões, disse Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

A senadora criticou a rapidez da análise da proposta pela Câmara, mas disse que, no Senado, os parlamentares estão conseguindo mostrar para a população os detalhes do projeto.

— Aqui, pelo menos, estamos tendo a oportunidade de discutir, de conhecer, estudar e mostrar o que que significa esse projeto.

### José Medeiros condena ataques da oposição a Michel Temer

José Medeiros (PSD-MT) classificou os parlamentares da oposição como “detratores da honra alheia” e, em metáfora, afirmou que apenas “atiram para ver a avalanche cair”. Na avaliação dele, a luta política tem estado acima dos interesses do país.

Para o senador, as denúncias contra Michel Temer e Aécio Neves são um golpe. Ele avaliou que “o Ministério Público não pode tratar o presidente da República como bandido”.

— Diz o brocado que é melhor dez culpados soltos do que um inocente preso — afirmou.



# Receita questiona MP que refinancia dívidas

Em audiência, representantes do órgão e dos auditores sustentaram que parcelamento não ajuda a resolver passivo de R\$ 19 trilhões de municípios e estados com a União

O PROGRAMA DE parcelamento de dívidas previdenciárias de estados e municípios contribui para uma “cultura de inadimplência”. Essa foi a posição da Receita Federal em audiência ontem na comissão que analisa a medida provisória que cria essa alternativa.

A MP 778/2017, relatada por Raimundo Lira (PMDB-PB), autorizou o parcelamento em 200 meses das dívidas com a Receita e com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), vencidas até 30 de abril deste ano.

O subsecretário de Arrecadação e Atendimento da Receita, Carlos Ocaso, disse que estados e municípios foram beneficiados com pelo menos três grandes programas de refinanciamento de dívidas nos últimos dez anos, e que não foram registrados efeitos positivos na resolução de litígios e na regularização de débitos.

Estudos mostraram, segundo ele, que o passivo tributário aumentou. A expectativa de programas de parcelamento faz com que estados e municípios protelem a quitação de dívidas, avaliou. Vice-presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco), Luiz Henrique Behrens Franca, disse que a categoria vê com “preocupação” a continuidade dos refinanciamentos. Segundo ele, além de não resolverem os problemas, essas iniciativas têm taxa de sucesso muito baixa na recuperação de valores: cerca de 1,5% da dívida ativa da União, no



Relator, Raimundo Lira (3º à esq.), no debate sobre a MP 778, presidido pelo deputado Hildo Rocha (C)

período de 2000 a 2016.

A MP foi assinada pelo presidente Temer durante a abertura da 20ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, promovida por prefeitos de todo o país.

## “Oxigênio”

A favor da MP, o consultor jurídico Max Telesca, da Confederação Nacional de Municípios (CNM), disse que a proposta representa “oxigênio” para as administrações municipais, sendo um passo inicial, mas “extremamente importante”, para a sobrevivência dos municípios nos próximos anos. Outra etapa, acrescentou, é a aprovação da reforma da Previdência, que tramita na Câmara, que levaria a uma pressão por mudanças nos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) dos municípios.

— Hoje os municípios têm superavit

financeiro, mas enorme deficit atual. Com a reforma, o efeito seria a diminuição do deficit e o custeio [da Previdência] cairia.

Ele também reivindicou a regularização de créditos previdenciários que os municípios têm a receber da União, por meio da formação de um comitê de revisão da dívida. E cobrou a equalização na correção do saldo devedor do INSS com os municípios.

## Dívida

A diretora do Departamento de Gestão da Dívida Ativa da União da PGFN, Anelize Almeida, mostrou que, dos 5.570 municípios, 3.046 estão em situação de inadimplência com a União. O coordenador-geral de Auditoria e Contencioso do Ministério da Fazenda, Miguel Chaves, informou que 2.105 municípios aderiram ao RPPS,

mas apenas 42% deles têm certificado de regularidade previdenciária. Esses municípios movimentam R\$ 159 bilhões em recursos da Previdência, que atendem 10 milhões de servidores.

Chaves informou que os débitos confessados com a União — aqueles já parcelados e em processo prolongado de quitação — são da ordem de R\$ 19 trilhões. Destes, cerca de R\$ 17 trilhões são devidos por municípios, e o restante pelos estados. Anelize explicou que, atualmente, a maior parte dos valores recuperados vem da retenção de repasses dos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM).

Pelas regras da MP 778, o pagamento do débito parcelado será feito em duas etapas. Primeiro, haverá uma entrada de 2,4% do total da dívida, sem reduções, a ser paga em seis parcelas iguais, entre julho e dezembro. Na segunda, a dívida restante será parcelada em até 194 vezes, com reduções de 25% nos encargos, 25% na multa e 80% nos juros incidentes pelo atraso.

A dívida é formada por contribuições sociais à Previdência devidas por essas unidades da Federação e seus órgãos públicos. A renegociação abrange débitos ainda não notificados pela Receita e pela PGFN, inscritos ou não na dívida ativa da União, com execução já ajuizada, os oriundos de renegociações passadas e de obrigações acessórias descumpridas, como multas.

## Projeto prevê notificação de acidentes com crianças

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem substitutivo a projeto que obriga os estabelecimentos de saúde da rede pública e privada a notificar os órgãos públicos competentes de casos de acidentes envolvendo crianças e adolescentes. A proposta vai agora ao Plenário.

O autor do PLC 13/2017, deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), argumenta que a notificação é necessária para que os gestores públicos possam planejar ações que previnam mortes e hospitalizações de crianças e jovens. O relator, senador Eduardo Amorim (PSDB-SE), que sugeriu o substitutivo, salienta que os acidentes nessa faixa

etária são de fato um problema de saúde pública.

De acordo com levantamento de 2012 do Sistema de Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, os acidentes representaram 9% das mortes de crianças de até 14 anos.

Pela proposta, órgão público de saúde federal determinará os tipos de acidentes que serão objetos de notificação, como os de trânsito, afogamentos, quedas e queimaduras.

## Penalidade

O substitutivo de Amorim eliminou a previsão de responsabilização civil e penal de médicos pela não notificação dos atendimentos envolvendo acidentes.

Ele julgou suficientes penalidades administrativas.

O projeto também definia prazo de até 72 horas, a contar do atendimento, para que a notificação fosse processada pelo órgão de saúde. O prazo foi excluído por Amorim. O relator também propôs que as inovações sejam adotadas pela inclusão de novos dispositivos no Estatuto da Criança e do Adolescente, e não numa lei avulsa. Com essa medida, as notificações alcançarão jovens com até 18 anos incompletos.

A CAS também aprovou parecer pela prejudicialidade de proposta para obrigar as farmácias a afixarem em local visível a lista de medicamentos genéricos (PLC 1/2015).

## Tratamento para pessoas com doenças raras será debatido em audiência

O direito ao tratamento de pacientes com doenças raras será tema de audiência a ser realizada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Essas doenças se caracterizam por serem doenças crônicas, graves e degenerativas. O requerimento, de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), foi aprovado ontem.

Para o autor, os direitos das pessoas com doenças raras são um dos direitos humanos mais negligenciados no país. Por isso, ele entende ser “imperioso e inadiável” discutir iniciativas para a promoção e defesa de assistência para essas pessoas, que muitas vezes precisam recorrer ao

Judiciário para fazer valer o direito a tratamento digno.

Pelas estimativas, há no Brasil cerca de 13 milhões de pessoas com algum tipo de doença rara. Cerca de 30% dos pacientes morrem antes dos 5 anos de idade.

Serão convidados o ministro da Saúde, Ricardo Barros; a presidente da Sociedade Brasileira de Genética Médica, Carolina Fischinger; o desembargador Antônio Souza Prudente, do Tribunal Federal da 1ª Região; o defensor público-geral federal Carlos Eduardo Barbosa Paz; e dirigentes de associações que reúnem pessoas acometidas por doenças raras.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Eunício Oliveira  
**Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima  
**Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza  
**Primeiro-secretário:** José Pimentel  
**Segundo-secretário:** Gladson Cameli  
**Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares  
**Quarto-secretário:** Zeze Perrella  
**Suplentes de secretário:**  
 Eduardo Amorim, Sérgio Petecão,  
 Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Silvio Burle  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Coordenador de Edição:** Mikhail Lopes  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.



# Avança projeto para revitalizar o Rio Parnaíba

Proposta aprovada em comissão define normas gerais para recuperação da bacia, essencial para o Nordeste e que sofre com desmatamento, assoreamento e poluição

FOI APROVADO ONTEM na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) um projeto que define normas gerais visando à revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba. O texto segue para análise da Comissão de Meio Ambiente (CMA).

Autor do projeto (PLS 67/2017), Elmano Férrer (PMDB-PI) destaca que, depois da Bacia do São Francisco, a região do Parnaíba é hidrologicamente a segunda mais importante do Nordeste. Atinge quase totalmente o Piauí (223 de 224 municípios), parte do Maranhão (38 municípios) e uma área do Ceará (19 municípios), totalizando 280 cidades em área de 344 mil quilômetros quadrados.

— Hoje o rio sofre com desmatamento e assoreamento provocado pelo processo erosivo e a ocupação desordenada de suas margens. Ainda tem a poluição resultante dos des-

pejos de esgotos domésticos e industriais sem tratamento, mais defensivos agrícolas utilizados em lavouras — disse o senador, ressaltando que a escassez de água acaba sendo uma das razões para o baixo índice de desenvolvimento econômico e social da região.

O relatório, de João Alberto Souza (PMDB-MA), foi lido por Regina Sousa (PT-PI).

## Vegetação

Pelo texto aprovado, a revitalização da Bacia do Parnaíba deverá se guiar, entre outros objetivos, por recuperar e ampliar a cobertura vegetal das áreas legalmente protegidas, associadas à conservação dos recursos hídricos.

Outros pressupostos são expandir a prestação dos serviços de saneamento básico, promover a sustentabilidade no desenvolvimento das atividades econômicas e monitorar o desmatamento.



Autor do texto, Elmano Férrer (ao lado de Ângela Portela) ressalta que bacia é a segunda mais importante do Nordeste

Deverá ser prioritária a elaboração de cenários presentes e futuros, por meio de modelagens hidrológicas e de sedimentos, que permitam avaliar o balanço entre oferta

e demanda hídrica e o nível de degradação ambiental nas sub-bacias hidrográficas.

Também é considerada prioritária a construção de açudes e reservatórios, além da

definição de metas de volume útil nos reservatórios, com estímulo ao uso múltiplo e prioritário dos recursos. O projeto também defende o pagamento por serviços ambientais.

## Agricultores familiares de Roraima podem ter desconto em dívidas

A Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) aprovou ontem a proposta que autoriza a renegociação, com descontos, de dívidas de produtores rurais de Roraima que fazem parte do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). A concessão do Bônus de Adimplência e Rebate será aplicada em operações de crédito rural contratadas sob o amparo dos grupos “A” e “A/C” do Pronaf, para produtores rurais de Roraima.

Autor do PLS 189/2016, Telmário Mota (PTB-RR) disse, na reunião, que o objetivo de sua proposta, que agora segue para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), é atender o grande prejuízo sofrido recentemente por produtores rurais de Roraima, em consequência da forte seca e da estiagem provocada por queimadas. A crise do setor, disse, tem afetado a economia

do estado como um todo.

Telmário informou ter se reunido ontem com o presidente do Banco da Amazônia (Basa), Marivaldo Mello, para tratar sobre a inadimplência dos agricultores com a instituição. Das 1.780 contratações de crédito feitas pelo banco recentemente, 1.261 estão com débitos vencidos. Nas contratações de crédito com o Pronaf, a inadimplência atinge 18,07%.

## Descontos

Segundo o texto aprovado, que teve a relatoria de Ângela Portela (PDT-RR), fica autorizada a concessão de rebate de até 80% do saldo devedor atualizado para liquidação das operações de crédito rural de investimento e custeio contratadas por produtores rurais de Roraima, até dezembro de 2015, sob o amparo dos grupos “A” e “A/C” do Pronaf.

O dispositivo vale para ope-



Presidente da CDR, Fátima Bezerra coordena reunião que aprovou o projeto

rações cujo risco foi assumido pelo Fundo Constitucional do Norte (FNO) ou pela União. Os grupos “A” e “A/C” do Pronaf abrangem assentados pelo Programa Nacional da Reforma Agrária e os beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário. Para esses casos, a regulamentação do benefício caberá ao Conselho Monetário Nacional (CMN).

Quanto aos bônus de adimplência, ficam autorizadas

concessões de até 50% sobre cada parcela da dívida paga até o vencimento, em substituição ao bônus de adimplência contratual. Nesses casos fica o CMN autorizado a definir o percentual de bônus.

A proposta ainda prevê que os custos dos rebates e bônus serão assumidos pelo FNO para as operações lastreadas em seus recursos e pela União nas operações com as outras fontes.

## Helder Barbalho debaterá transposição do São Francisco

Está marcada para o dia 2 de agosto a audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) com o ministro da Integração Nacional, Helder Barbalho. Serão debatidas as ações da pasta para a retomada das obras do Eixo Norte e do Ramal do Apodi, que fazem parte da integração das bacias do Rio São Francisco.

Ainda de acordo com o requerimento aprovado ontem na CDR, apresentado pela presidente do colegiado, Fátima Bezerra (PT-RN), o ministro deverá explicar aos senadores o Programa de Revitalização do Rio São Francisco e as demais obras complementares que fazem parte dessa política pública.

## Estudo da IFI mostra que recuperação econômica será lenta

A Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado divulgou nota técnica ontem sobre o cenário fiscal para o período de 2018 a 2020, traçado no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2018. A previsão do governo de recuperação contínua do resultado primário é mais otimista do que a da IFI.

O estudo dos analistas Carlos Eduardo Gasparini e Felipe Salto apresenta diferenças em relação ao quadro traçado pelo



Felipe Salto (C) e Carlos Gasparini (D) foram os autores do estudo divulgado

governo, tanto nas receitas como nas despesas. Levando em conta o cenário previsto pela IFI, haveria necessidade

de contingenciamentos anuais crescentes, bem como de adequação nas despesas obrigatórias entre 2019 e 2020.

As projeções fiscais contidas no projeto da LDO de 2018 indicam superavit primário de R\$ 10 bilhões em 2020 para o governo central. Nos cálculos da IFI, a recuperação rápida dos esforços fiscais primários é pouco realista. Enquanto o governo prevê melhora contínua, o quadro esperado pela instituição ainda é de piora em 2018, quando o resultado deficitário atingiria R\$ 167 bilhões (contra deficit de R\$ 129 bilhões apontado no projeto).

Apesar de a IFI também projetar melhora dos resultados para os anos seguintes, as duas trajetórias de recuperação são bem distintas, conforme demonstram as tabelas divulgadas. Essas divergências derivam, entre outros fatores, dos principais parâmetros macroeconômicos utilizados nas projeções, esclarece a instituição.

Nota técnica da IFI na íntegra: <http://bit.ly/notaIFI3>



# Avança MP que eleva tributo sobre folha de pagamentos

Texto original do governo, que faz parte do esforço para aumentar arrecadação, reverte política adotada desde 2011. Relator propôs manter benefício para setores como vestuário, TI e call centers

A RETOMADA DA contribuição previdenciária patronal de 20% sobre a folha de pagamentos para todos os setores da economia, com algumas exceções, foi aprovada ontem pela comissão mista que analisa a medida provisória sobre o tema (MP 774/2017). Por acordo de líderes, os 15 destaques apresentados ao texto serão analisados na terça-feira.

Pelo texto aprovado — projeto de lei de conversão proposto pelo relator da MP, senador Aírton Sandoval (PMDB-SP) —, a medida passa a valer a partir de janeiro de 2018.

O texto acaba com a principal política tributária do governo da ex-presidente Dilma Rousseff, adotada em 2011, que substituiu a contribuição social sobre a folha de pagamento das empresas por uma baseada na receita bruta, reduzindo o tributo.

Após ouvir representantes do setor produtivo, o relator concordou em manter a política de desonerações para além dos setores previstos originalmente na medida provisória (transportes, construção civil e comunicação).

Pelo projeto aprovado, poderão continuar recolhendo a contribuição social com base na receita bruta apenas empresas dos setores: transporte coletivo de passageiros (rodoviário, metroviário e ferroviário); construção civil

e de obras de infraestrutura; comunicação; tecnologia da informação e comunicação; call centers; projetos de circuitos integrados; couro, calçado, confecção/vestuário; e empresas estratégicas de defesa.

## Alterações

Segundo o relator, o governo entende que não há espaço para fazer concessões a outros segmentos empresariais. Mesmo assim, Sandoval propôs acordo para permitir a aprovação do texto principal, sugerindo que os destaques que pretendem beneficiar outros setores com a desoneração da folha fiquem para terça-feira.

O relator modificou o texto original da MP para estabelecer que empresas beneficiadas pela desoneração só percam o incentivo em janeiro de 2018. O texto original determinava o fim das desonerações já em

julho deste ano.

— Eu sei que o planejamento financeiro das empresas já foi feito, uma vez que o exercício fiscal começa em janeiro e termina em dezembro. Essa prorrogação para janeiro dá tempo para que as empresas possam se preparar e para a gente socorrer essas empresas — justificou o relator.

A MP faz parte do esforço do governo para aumentar a arrecadação com o objetivo de cumprir a meta fiscal de 2017, de déficit de R\$ 139 bilhões.

Além de mudanças na política de desoneração da folha, a MP revoga a cobrança do adicional de 1% sobre a alíquota da Cofins-Importação. A cobrança vinha sendo questionada na Justiça por diversas empresas, pois o valor pago não podia ser creditado pelo importador.

Da Agência Câmara



Comissão mista aprovou ontem relatório de Aírton Sandoval (E) sobre a MP



O deputado João Daniel, presidente da comissão, e o senador Amorim, relator

## Comissão aprova multa maior a frigorífico que infringir normas

A comissão mista que analisa a medida provisória que eleva de R\$ 15 mil para R\$ 500 mil o valor máximo de multa a ser aplicada a frigoríficos que infringirem a legislação sanitária aprovou ontem relatório sobre a matéria. A MP 772/2017 segue para votação no Plenário da Câmara dos Deputados e depois para o Plenário do Senado.

A medida altera a Lei 7.889/1989, que trata da inspeção sanitária e industrial de produtos de origem animal. Além da multa, a lei prevê outros tipos de penas, como advertência, apreensão de mercadorias e até interdição do estabelecimento.

O relator, senador Eduardo Amorim (PSDB-SE), acrescentou outras duas sanções às empresas que desrespeitarem a lei: cassação de registro e proibição de participar de licitações ou de receber financiamento público pelo prazo de cinco anos. Essa punição será aplicada apenas aos estabelecimentos infratores, isentando os conglomerados

a que pertençam.

O senador justificou que, neste caso, a punição ao grupo poderia causar “um grave desequilíbrio econômico e financeiro”, com repercussões negativas para o emprego no setor.

O deputado João Daniel (PT-SE), que presidiu o colegiado, acredita que a MP será aprovada com as mudanças sugeridas pelo relator. Ele observou que a atualização da multa foi recomendada por auditores do Ministério da Agricultura para aprimorar a fiscalização sobre a qualidade da carne brasileira.

A ampliação do valor da multa ocorreu após a Polícia Federal ter deflagrado a Operação Carne Fraca, para desarticular uma suposta organização criminosa liderada por fiscais do Ministério da Agricultura que recebiam propina para emitir certificados sanitários sem fiscalização, o que teria levado para o mercado produtos adulterados.

Com Agência Câmara

## Medida que institui novo Refis será debatida na terça-feira

A comissão mista que analisa a medida provisória que instituiu o Programa Especial de Regularização Tributária (Pert), fará apenas uma audiência pública. Os parlamentares aprovaram ontem a unificação de todos os requerimentos para realizar o encontro na terça-feira. Está prevista a participação de representantes do Ministério da Fazenda e do setor produtivo.

O Pert regulariza os débitos de natureza tributária e não

tributária com a Receita e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Para o relator, deputado Newton Cardoso Jr. (PMDB-MG), a MP 783/2017 é, atualmente, a principal pauta da economia, visto que permite que pessoas físicas e jurídicas possam recuperar as finanças e retomar os investimentos.

Ele lembrou que a medida substituiu a MP 766/2017, que perdeu a validade antes de ser votada pelo Congresso. O relator considera que o novo texto traz avanços, uma vez que já existe consenso entre o governo e os parlamentares.

A proposta recebeu mais de 300 emendas. Pela MP, os contribuintes que aderiram à renegociação poderão migrar para o novo programa. Newton Cardoso Jr. pretende colocar o relatório em votação ainda em julho.

Da Agência Câmara

## Regra de garantia em operação financeira vai à Câmara

A comissão mista que analisa a medida provisória que obriga o registro dos bens constituídos em todas as operações realizadas no mercado financeiro (bancário, interbancário e acionário) aprovou ontem o relatório do deputado Aelton Freitas (PR-MG). O texto ainda precisa ser votado no Plenário da Câmara dos Deputados e depois no Plenário do Senado.

A MP 775/2017 estabelece que o registro será feito independentemente da natureza do negócio e nas mesmas entidades registradoras ou depositárias dos ativos negociados, como as câmaras de custódia de ações.

Os ativos constituídos são aqueles dados pelo devedor ao credor como garantia de uma operação. Eles ficam à disposição do credor até que a operação seja quitada. Sem o registro do ativo, o credor não tem direito ao bem. No jargão legal, o ato de identificar esses bens como legalmente vincu-

lados a um contrato específico chama-se “constituição de gravames e ônus”.

Para Freitas, a medida gera um círculo virtuoso para beneficiar o consumidor final:

— A MP traz mais segurança. Trazendo segurança, diminui o risco. Diminuindo o risco, diminui os juros. Tem condição de tudo custar menos para o consumidor final na ponta.

### Compartilhamento

A MP altera a Lei 12.810/2013, que exige a constituição de gravames e ônus nas operações no âmbito dos mercados acionário e interbancário. A lei, porém, deixa de fora o registro de ativos constituídos em operações entre bancos e clientes, como empréstimos e investimentos. Por exemplo, caso um banco conceda adiantamento a uma empresa (antecipação de recebíveis) e tome como garantia duplicatas de vendas feitas por ela, as duplicatas não são inscritas em nenhum ambiente

compartilhado de informações.

Além disso, a lei permite o registro dos ativos constituídos em qualquer entidade ou depositária central. A MP restringe a inscrição nas mesmas entidades onde o ativo foi registrado inicialmente.

Freitas incluiu emenda do deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA) para garantir que o Banco Central possa monitorar as operações de crédito feitas pelos bancos, com divulgação mensal sobre o custo médio das transações. Segundo Freitas, muitos bancos oferecem inicialmente juro baixo para atrair pequenas empresas e, ao longo do tempo, aumentam o juro.

Para o governo, a MP confere mais transparência e torna mais seguras as práticas do sistema financeiro. Com isso, diminui o risco de crédito das operações dos bancos, principalmente para as pequenas e microempresas, que têm menor capacidade de pagamento.

Com Agência Câmara



Senador Fernando Bezerra Coelho é o relator da medida provisória